

Participantes:

- SESu/MEC
- ANDIFES
- Reitores das IFES que possuem CAp e demais reitores interessados
- CAPES
- SEB/MEC
- CONDICAp
- Pró-Reitores de Graduação das IFEs com CAp
- Diretores de Faculdades de Educação das IFEs com CAp
- Professores dos CAp

Objetivos:

- Apresentar o atual contexto dos CAp nas IFEs;
- Discutir a função acadêmica dos CAp e sua inserção na Formação de Professores;
- Discutir a atual política e propor novas diretrizes para ampliação e fortalecimento dos CAp;
- Divulgar a proposição de novas metodologias nos CAp;
- Explicitar as reivindicações dos CAp junto a SESu e ANDIFEs;
- Esclarecer sobre as expectativas do MEC em relação aos CAp.

AS ORIGENS E O CONTEXTO DOS CAp NO INTERIOR DAS IFES

Os Colégios de Aplicação (CAp) têm sua origem no Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, originalmente denominados Ginásios de Aplicação e vinculados às Faculdades de Filosofia. A característica comum a todos era de servir de “campo de estágio” para os licenciandos, sob a orientação pedagógica do professor da cadeira de Didática.

O parecer do CFE 292/62, conselheiro Valnir Chagas, procurou redefinir os CAp, entendendo-os como “centros de experimentação e demonstração”. Com isso, a denominação “Ginásio de Aplicação” foi, ao longo do tempo, sendo substituída por “Escola de Aplicação”, uma vez que, ao lado do Curso Ginasial, muitos deles passaram a oferecer o Curso Colegial e/ou Curso Normal e, por último, as séries iniciais do 1º Grau.

O documento supracitado, com relação aos CAp, afirma ainda que “nessa perspectiva, propõe-se uma articulação com a Universidade, retomando e fortalecendo as Escolas de Aplicação, enquanto locais privilegiados para a reflexão sobre a prática escolar e a formulação de alternativas que viabilizem melhor preparação de recursos humanos para a Escola Básica, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas compatíveis com as necessidades da criança e do adolescente”¹.

Constata-se também que, há 20 anos, na perspectiva do Plano Decenal de Educação Para Todos (1993-2003), o próprio Ministério da Educação já vislumbrava nos CAp mais um espaço da Formação de Professores.

Nesse ínterim, os avanços recentes na Educação Básica, por meio: i) do FUNDEB, ii) da valorização da Educação Infantil, iii) do Ensino Fundamental de 9 anos e sua universalização, iv) dos programas voltados para o Ensino Médio, como o Ensino Médio Inovador, bem como por meio v) do REUNI para o Ensino Superior, recolocou no centro das discussões a formação de professores e a melhoria da qualidade da educação brasileira. Essa realidade trouxe à tona a discussão da função acadêmica e universitária dos CAp, sua inserção nas IFEs, seu fortalecimento e ampliação, bem como sua intensa atuação na formação inicial e continuada de professores, para além do campo de estágio.

Ao mesmo tempo, os CAp têm enfrentado, nos últimos anos, principalmente a partir da criação da carreira de EBTT, dificuldades políticas, administrativas e pedagógicas, na medida em que as políticas implantadas para o Ensino Superior e para o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico excluíram esses Colégios.

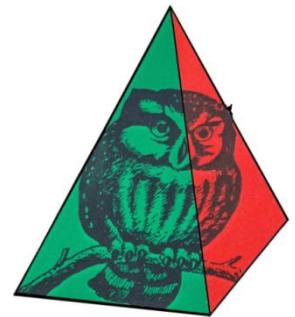
Nesta perspectiva, debates têm sido realizados, mas não têm avançado sobre a definição de uma política para os CAp que atenda as demandas do atual contexto, sobretudo aquelas imediatas relacionadas à reposição e à ampliação das vagas de servidores docentes e técnicos administrativos, bem como a publicação do Banco de Equivalentes EBTT para os Colégios e a regulamentação e ajuste da Matriz CONDICAp.

Destaca-se, inclusive, que a publicação da Portaria Interministerial nº 253, de 26 de julho de 2011, responsável por fixar o quantitativo (20%) de professores para contratação por tempo determinado (professor substituto) sem a existência do Banco de Equivalentes EBTT para os CAp, gerou prejuízos irreparáveis no cumprimento de suas finalidades.

Esta proposta de Seminário insere-se neste movimento dos debates e da reivindicação das necessidades dos CAp, cujos contextos têm se tornado insustentáveis com a precarização do trabalho dos seus profissionais, o que, por sua vez, compromete sua função principal que é *o ensino de qualidade e a formação de professores*.

¹Repensando as Escolas de Aplicação, Série Institucional, vol V, SESU-MEC.

CONDICAp – SESu/MEC



Ministério da
Educação



SEMINÁRIO: “A FUNÇÃO DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO/CAp NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS”

6 e 7 de Novembro 2012

**SEMINÁRIO:
“A FUNÇÃO DOS COLÉGIOS DE
APLICAÇÃO/CAP NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS”**

Data: 6 e 7 de Novembro 2012

Local: ANDIFES - Setor Comercial Sul
quadra 1, bloco K, Edifício Denasa
número 30, 8º andar
Brasília-DF

Organização: SESu e CONDICAp

Apoio: SEB e ANDIFES

Programação

06 de novembro - Terça-feira

Horário: 8 horas às 12 horas

➤ ABERTURA

- Ministro da Educação: Aloisio Mercadante
- Secretário da **SEB**: Prof. Antonio Cézar Russi Callegari
- Secretário da **SESu**: Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins
- Presidente da Capes: Prof. Jorge Guimarães
- Presidenta do **CONDICAp**: Profª Maria José Oliveira de Faria Almeida da UFG
- Presidente da **ANDIFES**: Prof. Carlos Edilson de Almeida Maneschy da UFPA

- Apresentação do Portfólio (versão preliminar)
CONDICAp

➤ MESA 1

Tema: A Função Acadêmica dos CAP nas Universidades Federais

SESu e FORGRAD (Fórum de Pró-Reitores de Graduação)

➤ DEBATE

Horário: 14 horas às 17h30

➤ MESA 2

Tema: Os CAP: o ensino de qualidade e a Formação de Professores

SEB e CONDICAp

Propostas e Encaminhamentos

07 de novembro – Quarta-feira

Horário: 8 horas às 12 horas

➤ MESA 3

Tema: Os CAP e as Políticas do MEC para a Educação Básica

FORUMDIR (Fórum dos Diretores das Faculdades de Educação) e CONDICAp

Proposta e Encaminhamentos

Horário: 14 horas às 17h30

➤ MESA 4

Tema: Atual política para os CAP: desafios e perspectivas

SESu e ANDIFES

Documento final/Carta do Evento

➤ Encerramento